

# Intelectuais portugueses e brasileiros: tópicos para uma discussão de hibridismo cultural

*Portuguese and Brazilian intellectuals: Topics for a discussion about cultural hybridity*

TANIA MARTUSCELLI

University of Colorado at Boulder



**Resumo:** Este estudo financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian em Portugal, faz parte de um projeto monográfico mais longo, *(Des)Conexões entre Portugal e o Brasil: Séculos XIX e XX* (Lisboa: Colibri, 2016), que propõe uma revisão da relação entre os dois países. Com base teórica no hibridismo cultural, o ensaio segue o já bastante conhecido estudo de Homi Bhabha. No presente caso, no entanto, propõe-se pôr em destaque a relação intrínseca entre as culturas do lado de cá e de lá do Atlântico. O trabalho tem como data inicial a histórica independência do Brasil e segue alguns momentos específicos do universo cultural dos dois países que, por vezes, podem ser considerados duas faces de uma mesma moeda.

**Palavras-chave:** hibridismo cultural; literatura luso-brasileira; estudos culturais; Brasil e Portugal.

**Abstract:** This paper is part of a book-length research project financed by Calouste Gulbenkian Foundation in Portugal: *(Dis)Connections between Portugal and Brasil – 19th and 20th centuries* (Lisbon: Colibri, 2016). I propose the revision of the relationship between the two countries based on the theory of cultural hybridity, as Homi Bhabha puts it in his celebrated work. In the present study, however, I highlight the intimate relationship between the two cultures from both sides of the Atlantic. My starting point is the historic moment of the Brazilian Independence, and continues through a path of encounters that are specific to the cultural universe of the two countries. I posit that, sometimes, we can regard Brazil and Portugal as “two sides of the same coin.”

**Keywords:** cultural hybridity; Luso-Brazilian literature; cultural studies; Brazil and Portugal.

São já diversos os estudos de âmbito sociológico, histórico, etnográfico ou de “psicanálise mítica”, como é o caso do célebre trabalho de Eduardo Lourenço, que lidam com a relação (complexa, conflituosa, diga-se) entre Portugal e o Brasil. No presente caso, a revisão que se propõe fazer dá-se pela contramão, com o intento de buscar a conexão numa desconexão mais aparente. Em outras palavras, propõe-se analisar os momentos em que Portugal e o Brasil se interseccionam, ou, mais ainda, *hibridizam-se*.

Por hibridismo entenda-se o que Homi Bhabha argumenta acerca da usual dicotomia colonizador-colonizado e mais a complexa, paradoxal dinâmica que serve como referente a este duplo, por exemplo, superioridade e inferioridade; original e artificial; poderoso e sem poder; central e periférico, etc. Bhabha define o *terceiro espaço* ou o *lócus* da enunciação em que a dicotomia deixa de ser premissa e passa a ser percebida num âmbito de mesmo nível, num terceiro espaço “neutro”, portanto. No presente caso da literatura,

procura-se focar no meio de troca intelectual, que é o das revistas e jornais nos dois países, como sendo o referido *lócus* da enunciação. Trata-se, portanto, de apontar momentos em que o multiculturalismo referente a esta relação transatlântica se torna figuração de uma mesma cultura, já ultrapassado o momento de *troca* ou *imposição* cultural.

Pensar em hibridismo no lado brasileiro é bastante convincente, se se levar em conta a história de colonização no país. Contudo, se lembrarmos que por treze anos, (isto é, de 1808 a 1821) o Brasil foi metrópole de sua metrópole, ou reino de seu reino, há uma mudança nas regras dos pares centro-periferia, colônia-metrópole, etc.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> É Caio Prado Júnior quem anota que “Estabelecendo no Brasil a sede da monarquia, o regente aboliu *ipso facto* o regime de colônia em que o país até então vivera. Todos os caracteres de tal regime desaparecem, restando apenas a circunstância de continuar à frente de um governo estranho. São abolidas, uma atrás da outra, as velhas engrenagens da administração colonial, e substituídas por outras já de uma nação soberana. Caem as restrições econômicas e passam para um primeiro plano das cogitações políticas do governo os interesses do país” (apud MOTA, 2000, p. 455).

Propõe-se, desse modo, observar que o hibridismo cultural se dá também do lado português, ou seja, que Portugal também recebe influências brasileiras. O desafio é pensar em tais momentos de encontro equilibrado sem imposição de um lado ou de outro, a partir da Independência do Brasil, ou seja, a partir de uma cisão oficial da história, da política e da sociedade brasileira com a portuguesa.

Podem-se tomar os periódicos como lugar de encontro literário entre intelectuais dos dois países, de modo que se consubstancia no *terceiro espaço*, por assim dizer, ao longo da história. Pense-se, por exemplo, na revista *Atlântida* co-dirigida por João de Barros e João do Rio ou, antes, em *A Águia*, que era popular tanto de um lado como de outro do Atlântico e que publicava artigos de escritores e poetas também de cá e de lá. Outro exemplo a ser referido é o do caso de *Orpheu* que tem seu primeiro número *lusu-brasileiro* co-dirigido por Montalvor e Ronald de Carvalho. Ainda que a crítica em tempos de celebração dos cem anos da revista venha a questionar o papel de Ronald de Carvalho como diretor e colaborador em Portugal, incitada pelo apagamento de seu nome no segundo número da revista, basta que se mencione que a concepção de *Orpheu* envolveu artistas dos dois países - Ronald de Carvalho e Luís de Montalvor - de maneira que se qualifica a assunção de (uma proposta de) hibridismo.<sup>2</sup> A conveniência financeira pode ser aventada como impulso para tal união, uma vez que o mercado leitor e livreiro no Brasil era maior que o de Portugal já no século XIX.<sup>3</sup>

A presença de intelectuais portugueses na mídia brasileira naquele século era uma constância. Assinale-se como momento corroborador do hibridismo a figura de Eça de Queirós que adquiriu celebridade tanto nas páginas de seus romances como nas páginas dos periódicos. Sua bem conhecida ironia social e seus personagens-caricaturas, na visão de Cassiano Nunes, não faziam os brasileiros rirem-se dos portugueses, mas de si próprios, pois “esses [personagens] existiam no

Brasil. E talvez até em número bem maior” (1947, p. 19). Tal afirmação já demonstra o hibridismo de modo que supera as questões nativistas ou jacobinistas, que também eram contemporâneas a Eça de Queirós, e marcas de desconexão entre os países. Argumenta-se que a crítica que o autor de *Primo Basílio* fazia nos jornais brasileiros, mesmo que propositadamente voltada aos portugueses, era apreendida e motivo de identificação também por seus leitores sul-americanos.

No que se refere à figura de Eça, foi definitivamente o intelectual português que mais – ou que por mais tempo – participou do universo cultural brasileiro. Sua presença tem início como representante de sua geração – a Geração de 70 –, depois como autor que abalou os ânimos da sociedade com *As Farpas*, ou como jornalista correspondente e romancista consagrado, responsável por inserir nas discussões de jovens intelectuais brasileiros o ideário do Realismo e Naturalismo nas artes. Em breves exemplos, cite-se, de *As Farpas*, o famigerado texto sobre “O Brasileiro”, originalmente concebido para provocar os sul-americanos por conta do plágio e de uma edição não autorizada (e não paga) dos folhetins de Queirós e Ortigão no Recife. Mais tarde, quando compilado em *Uma Campanha Alegre*, o artigo é direcionado ao “torna-viagem”, isto é, ao português que volta endinheirado de sua experiência de imigrante no Brasil. Em ambos os casos, contudo, anote-se a relação intrínseca entre uma figura e outra, ao que poder-se-ia nomear de *lusu-brasileiro* (de cá e de lá, isto é, tanto o torna-viagem como o nativo de um país em que a presença cultural portuguesa assume uma preponderância histórica, pelo menos no século XIX, antes do grande fluxo migratório de outros europeus, como os italianos e alemães, bem como os japoneses, sem contar com a presença – também histórica, mas silenciosa ou silenciada em tempos coloniais – da cultura judaica e africana, por exemplo).

Em ambos os artigos fala-se de uma figura híbrida, de um brasileiro definido como o português germinado pelo sol ou, para citar os termos utilizados pelo próprio Eça, do brasileiro como “a expansão do português” (FARO, 2008, p. 106 e 114), “dilatado pelo calor” (p. 106 e 115), cujas “qualidades retraídas em nós, estão [nele] florescentes” (p. 106). O autor de *farpa* afirma ainda que “[s]ol do Brasil a bananeira abre-se em fruto e o português abre-se em brasileiro” (p. 107) o que, em *Uma Campanha Alegre*, será revisado para um muito próximo “céu do Brasil [onde] a bananeira abre-se em fruto e o português *rebenta* em brasileiro” (p. 115 – grifo meu). “[O] português (...) [é] o brasileiro de estufa!” (p. 107), ou “o brasileiro é o português desabrochado” (p. 115). A insistência na imagética do calor consubstanciando-se no caráter da contraparte americana é reverência – mais ainda que referência – ao pensamento cientificista

<sup>2</sup> A gênese de *Orpheu* ocorre no Brasil, mais especificamente no bairro de Copacabana no Rio de Janeiro, numa noite em que, provavelmente depois de um sarau na casa de Carlos Maul, Ronald e Montalvor decidem criar um periódico que reúna artistas dos dois países, dando-lhe o título de *Orpheu*. Ao retornar a Portugal, Montalvor noticia a ideia a Pessoa e Sá-Carneiro, que já vinham projetando, por seu lado, uma revista. Momento propício para a efetivação de suas ideias. Arnaldo Saraiva e Nuno Júdice defendem que a escolha dos diretores do primeiro número do periódico não foi mais do que um ato de diplomacia de Pessoa.

<sup>3</sup> Documenta-se que, em 1900, 97,8% da população portuguesa era analfabeta. Cf. AUGUSTI, “Polêmicas literárias e mercado editorial Brasil-Portugal na segunda metade do século XIX”, p. 7. Antonio Candido também apresenta uma estatística, esta sobre o número de leitores no Brasil. Segundo o crítico, o número de analfabetos em 1890 contava 84% da população, tendência que diminuía com o passar dos anos: “em 1920 passaram a 75%; em 1940 eram 57% da população (...) com uma tendência crescente para a redução dos laços que antes o prendiam (o escritor) aos grupos restritos de diletantes e conhecedores” (1976, p. 137).

da época de determinismo geográfico. O autor afirma que “nós somos o germe, eles são o fruto: é como se a espiga risse da semente” (p. 107 e 115); ou ainda que “o português é pevide de brasileiro” (idem); “[n]ós somos o brasileiro que o clima não deixa desabrochar” (p. 107); ou que os portugueses são “a hipocrisia do brasileiro” (idem). Mesmo marcadamente irônico, Eça de Queirós resume, de modo a que se verifica o hibridismo, que “[n]o inverno a pevide contém a abóbora: mas quando a abóbora cresce no verão, é ela que contém a pevide. Nós cá contemos o brasileiro; ele lá, chegando ao Brasil, germina, brota em fruto, e nós ficamos-lhe dentro” (p. 116). O autor, desse modo, aconselha seus conterrâneos em modo de conclusão que devem reconhecer-se “neles como nós mesmos – ao sol!” (p. 109 e 116).

Este *luso-brasileiro* aparece no terceiro espaço de um olhar carioca, pelas mãos de João do Rio num tocante de sua crônica intitulada “A fome negra”. Nesse texto, o cronista da *belle époque* denuncia as condições de trabalho deprimentes às quais trabalhadores portugueses e espanhóis submetiam-se na ilha da Conceição, no estado do Rio de Janeiro. Eram empregados na exploração do minério de manganês. Comparável aos tempos de escravidão africana, os trabalhadores eram vigiados por um superintendente que ocupava o lugar da anterior figura do *capitão do mato*, responsável pela manutenção do estado de opressão e submissão. Eram esses personagens de João do Rio homens de “aldeia, ingênuos” que tinham como único objetivo juntarem dinheiro e voltar à terra. Alguns voltavam realmente “com algum dinheiro [,mas] a certeza da morte” (1997, p. 270). Se no texto do carioca o retrato do português no Brasil é de um homem que leva uma vida dura, que nem sequer experimenta os prazeres da vida em sociedade e que passa seus dias enfurnado nas minas de manganês, em Eça e em seus contemporâneos, como em Camilo Castelo Branco e outros, o *luso-brasileiro* consiste quase sempre de um personagem de “hábitos conservadores”, “mentalidade calculadamente pacata” e “economia de avara poupança”, segundo anota Carlos Reis (2001, p. 83). Este homem minhoto, enriquecido, retorna a Portugal e passa a fazer parte de uma elite que, em certo sentido, acaba por ser responsabilizada pela estagnação da sociedade e economia do país. *mutatis mutandis* essa impressão publicada nos romances portugueses acabou por contaminar o imaginário do leitor brasileiro e, conseqüentemente, por aumentar o distanciamento cultural.

Outra via de distanciamento é a que toca a visão crítica, própria do colonizador em relação ao colonizado. Numa carta de Fradique Mendes ao brasileiro Eduardo Prado de 1888, o heterônimo de Eça afirma com ironia que “[a]penas as naus do senhor D. João VI se tinham

sumido nas névoas atlânticas, os brasileiros, senhores do Brasil, abandonaram os campos, correram a apinhar-se nas cidades e romperam a copiar tumultuariamente a nossa civilização europeia, no que ela tinha de mais vistoso e copiável” (2008, p. 205). Tal comentário, bem como a carta como um todo, pode ser analisada sob o ponto de vista do hibridismo cultural, ainda que Carlos Reis a interprete como modo de Queirós reivindicar um Brasil e um brasileiro com “uma identidade tropical quase adâmica (...) em que de certa forma se antecipam valores e representações que o primitivismo modernista do século XX tratou de reclamar” (2001, p. 86). Trata-se de lidar com uma complexa (para não qualificar de traumática) experiência da colonização, do processo de reprodução de tradições advindas de uma hierarquia compreendida como centro-periferia. Posteriormente à colonização, tal tradição tende a deixar de ser aceitável, uma vez que o colonizador perde seu estatuto de dono da terra e daquilo que nela existe.

É Albert Memmi quem aponta para o fato de a cultura imperialista, além de impor-se física e politicamente no país colonizado, incute nele seus valores. Memmi argumenta que uma vez adotados tais valores, o colonizado acaba por assinar sua própria condenação (1967, p. 121). Contudo, o processo de adoção da cultura alheia, como anota Bhabha expandindo os estudos pós-coloniais, é historicamente inevitável. O processo de hibridismo como problema apontado por autores como Albert Memmi acaba por desconsiderar a noção de que, dado o contato com o outro, é impossível não haver transformação no âmbito social e cultural. Fradique Mendes a seu modo toca nesse ponto quando denuncia e reclama de um Brasil independente sem personalidade própria. O heterônimo português, além disso, julga mal o país-novo que vê como um lugar onde proliferam os doutores, o que chama, sardonicamente, de uma “atmosfera de doutorice” (2008, p. 207). Ao invés de ver esses diplomados como uma camada intelectual que corrobora com o fortalecimento e organização da nação, o português acredita que os doutores são figuras pedantes que “desnacionalizam o Brasil, lhe matam a originalidade nativa, com a teima doutoral de moralmente e materialmente o enfardelarem numa fatiota europeia feita de Francesismo, com remendos de vago Inglesismo e de vago Germanismo” (idem). Isto é, Fradique recusa-se a aceitar o hibridismo cultural com a Europa, preferindo que o “país novo” fosse assim denominado por apresentar ao mundo uma singularidade inédita, ou como escreve na carta, por “fundar a civilização especial que lhe apetece” (contanto que não fosse similar à europeia!).

Ainda que para Carlos Reis, Eça de Queirós na pele de Fradique estivesse deixando de lado sua costumaz “superioridade europeia” de quem fala aos carenciados

de civilização (2001, p. 86)<sup>4</sup>, a opinião do heterônimo não parece deixar de estar carregada de um olhar do colonizador que ridiculariza o colonizado que o emula. Num texto seu em homenagem a Eduardo Prado de 1889, o escritor e jornalista permite a assunção de que compartilha da opinião de Fradique quando escreve que o “bacharelato (...) nos países latinos se tornou um complemento ao batismo” (2008, p. 183).

Percebe-se que o conflituoso processo que gera o hibridismo, tal como aponta Bhabha, o processo de “descolonização” por via tanto da “assimilação” como da “disparidade” entre colonizador e colonizado, é a conexão e a desconexão ao mesmo tempo. Mesmo que intelectuais brasileiros admitam que o Brasil “se constituiu a partir do ‘olhar estrangeiro’, aquele olhar produzido pelos viajantes ao longo do século XIX” e que “[o] combate à imitação, à cópia, tem sido retomado por inúmeras gerações de intelectuais, no esforço para vencer a percepção de sua realidade como exótica” (OLIVEIRA, 2001, p. 192), pode-se tomar como solução para esse impasse uma CElebre afirmação de Gilberto Freire. Bastante próximo do que anos mais tarde vai celebrar o trabalho de Bhabha, o sociólogo do Recife argumenta que, ainda que influenciada pelos costumes europeus, a sociedade brasileira (bem como qualquer ex-colônia) não buscou a cópia como modo de construção de uma *nação civilizada*, “mas o começo de uma terceira civilização, que por ser de origem europeia não vem se limitando a ser subeuropeia” (apud MOTTA, 2001, p. 124). Isto é dizer que, ainda que híbrida, a cultura brasileira segue sendo única com traços – ou raízes – (também) portugueses.

Refira-se, entretanto, um momento na história que o Brasil leva a Portugal um modelo a seguir. Trata-se do advento da República. Ao declarar a mudança de regime político em 1889, o Brasil exime-se de um laço comum com o ex-colonizador que é o da monarquia bragantina. Tal momento histórico e político é marcado pelo hibridismo não somente por conta de um governo comum que o Brasil escolheu abandonar - o que já marca uma imposição cultural -, mas também porque o pensamento republicano entre os intelectuais do país surge graças à Geração de 70. Como se num movimento de vai-e-vem, refira-se ainda que a proclamação e o modo de fazê-la (por via militar) vai ser modelo para a revolução republicana portuguesa. A presença cultural da Geração

de 70 – e o próprio pensamento de influência comtista, darwinista, spenceriana, etc. – tornou-se relevante tanto para o que veio a ser o Realismo e o Naturalismo na prosa e o Parnasianismo na poesia em detrimento de um Romantismo, bem como o que se propagou no país como ideal republicano. Do outro lado do Atlântico, aquando da proclamação da República no Brasil, observa-se, ainda com Eça no seu texto *Novos Factores da Política Portuguesa*, que a revolução foi

[f]eita por uma raça filha da nossa, que fala a nossa língua e tem tantos interesses ligados aos nossos, e feita aparentemente com uma cordura, uma generosidade, uma ordem que espantou (e enganou) o mundo, esta revolução veio entre nós, de mil maneiras indiretas, desenvolver o sentimento republicano; já provando como sem desordem social se pode melhorar um regime político; (...) já dando a esperança dum forte apoio moral e (...) dum forte apoio material (2007, p. 9).

A afirmação marca, profundamente, o que se pretende considerar como primeiro momento de intercâmbio entre iguais e conseqüente hibridismo cultural. Não existe um discurso com uma postura condescendente, nem há uma hierarquização dos papéis, ainda que Eça de Queirós se refira a uma “raça filha” de Portugal. Anote-se que o português se refere também ao apoio moral e material que o Brasil pode dar a seu ex-colonizador.

Retomem-se as discussões entre intelectuais publicadas nos jornais portugueses quando da proclamação da República brasileira de modo a analisar a recepção do que foi uma viragem do imaginário de um Brasil “submisso” em relação ao papel luso. Já na primeira página do jornal *Os Debates*, a 16 de Novembro de 1889, divulga-se a notícia de que “O povo brasileiro, esse povo nosso *irmão* pela raça, pelo idioma, pelas tradições e pelo temperamento, acaba de dar ao mundo um grande exemplo e de praticar um ato nobilíssimo de patriotismo e de justiça. Siga Portugal o seu exemplo” (apud BARBOSA, 2002, p. 31 – grifo meu). Também na capa do jornal *A República*, a 23 de Abril de 1890, Magalhães Lima afirma que “A proclamação da república no Brasil e o conflito anglo-português operaram sobre a sociedade portuguesa no sentido de uma transformação, que, se hoje é ainda parcial e incompleta, acabará amanhã por ser radical e completa” (apud SILVA, 2013, p. 77). Contudo, é a referida relação intrínseca entre colonizador e colonizado que figura na declaração do brasileiro Latino Coelho que, em entrevista ao jornal *Os Debates*, a 18 de Novembro de 1889, informa categoricamente que o Brasil está mais adiantado que Portugal: “O filho passou adiante do pai. Possui um professorado muito inteligente, homens de ciência que são frequentemente citados no

<sup>4</sup> É Manuel Bandeira quem sublinha que, nos artigos para a *Gazeta de Notícias*, Eça opinava sobre os americanos – brasileiros, mas não só, os do sul e os do norte, o “Novo Mundo” todo, como refere Bandeira – com “os piores prejuízos do europeu metropolitano”, com “argumentos ignaros e da mais clamorosa injustiça” e com “leviana ignorância”, de modo que via no processo de independência “o surdo despeito que os povos coloniais conservam contra os seus antigos dominadores, cuja civilização mais requintada, por ser mais velha e mais complexa, ele nunca podem igualar na sua beleza, estabilidade e brilho histórico” (1945, p. 181).

estrangeiro, pensadores profundos, jornalistas vigorosos, uma excelente organização de ensino, uma imprensa numerosa e forte” (apud BARBOSA, 2002, p. 39). Esse é o primeiro momento no imaginário brasileiro em que se admite parte do “clube das nações” (não só independentes, mas republicanas e democráticas, tal era o caso dos Estados Unidos, grande modelo do continente americano no imaginário coletivo, como o caso da França, outro grande modelo cultural, almejado tanto por brasileiros como portugueses). Anote-se ainda que a imagética utilizada e enaltecida por Latino Coelho acerca dos doutores brasileiros pode ser confrontada com a carta anteriormente referida de Fradique Mendes a Eduardo Prado, ou a afirmação de Eça de Queirós quando compara diploma acadêmico com o batismo.

Essa complexa relação de imaginários que ainda hoje persiste pode ser acrescida de uma vertente de historiadores portugueses que não só dão mesma carga valorativa ao processo de transição republicana no Brasil e na França enquanto modelos seguidos pelos portugueses, como também delegam aos brasileiros um papel ativo da revolução em Portugal. Cabe aqui referir o curioso episódio ocorrido no dia da revolta contra o regime monárquico para verificar que o vai-vem de intelectuais é mais do que casual – ainda que alguns estudiosos, neste caso específico, talvez prefiram chamar de “maçônicos” a esses ativistas.

O que certa vertente de historiadores interpreta com o fato de o navio de guerra brasileiro ter saudado a revolta republicana com vinte e um tiros de canhão como um equívoco ou mal-entendido, outra vertente argumenta que se tratou, realmente, de um acordo entre os republicanos dos dois países. Os militares brasileiros estavam ancorados nas águas do Tejo por conta da visita de Estado do presidente Hermes da Fonseca ao país. Aquando do dia da revolução portuguesa, seguindo a pista de Rocha Martins,<sup>5</sup> pode-se inferir que nem a visita, nem a salva de tiros tinham sido coincidência ou equívoco. Alguns historiadores defendem que o protocolar jantar oferecido pelo Rei ao estadista brasileiro seria o momento certo para a manobra revolucionária, momento em que o monarca ficaria impedido de sair da mesa do banquete ou cancelar o evento oficial para convocar uma reunião extraordinária com os chefes de seu governo. Essa hipótese permite pensar que a “revolta tinha o seu dia marcado d’antemão” (BARBOSA, 2002, p. 150) e, mais ainda, tinha o apoio não só moral e financeiro como também político do Brasil. É sintomático que uma das primeiras celebrações oficiais do regime republicano português

tenha sido, justamente, o vigésimo primeiro aniversário da Proclamação da República brasileira. Nessa ocasião, renomearam a icônica praça do Príncipe Real em Lisboa de praça Rio de Janeiro.

Tais trocas culturais e políticas marcam um momento exemplar de *redes de interdependência* e de *tradições de conhecimento* que corroboram com o hibridismo cultural. Apesar de não se tratar de um *terceiro espaço* literário, parece de suma importância a antecipação da República brasileira em relação à portuguesa, independentemente de uma real conspiração maçônica ou não. Tal momento é relevante para o imaginário de nação por parte tanto dos sul-americanos como dos europeus, uma vez que é incontornável o papel que uma ex-colônia assume no contexto mundial. Acrescente-se a esse dado o pensamento da época de que o continente americano seria a nova potência no mundo, como defendeu Mercier, ou ao fato de, mesmo após sua independência, o Brasil ser um dos maiores financiadores da economia portuguesa por via de seus imigrantes. Ainda, o país representava um maior mercado para autores, jornalistas e livreiros portugueses por conta do número de pessoas alfabetizadas e do lucro financeiro gerado pelo no Brasil.

Retornando, entretanto, ao *terceiro espaço*, percebe-se que nas primeiras décadas do século XX havia uma proliferação de periódicos luso-brasileiros cujos interesses de aproximação pareciam ultrapassar a questão econômica. Tal argumento pode ser confirmado pelo número de colaboradores brasileiros nos jornais e revistas portuguesas que aumentou substancialmente nessa época, em oposição à colaboração de autores portugueses (como foi o caso de Eça de Queirós) em jornais brasileiros e quase nenhuns brasileiros em Portugal no século XIX. Outro projeto desses periódicos era superar um generalizado desconhecimento mútuo entre os países. São exemplos do intercâmbio de saber – e de comércio, evidentemente – os seguintes títulos, dentre outros: *Brasil-Portugal* (1899-1914), revista criada com o propósito de “tornar o Brasil conhecido em Portugal, tornar Portugal conhecido no Brasil, generalizando em cada um destes países a arte e a literatura do outro, e tornando apreciados em ambos, os escritores e os artistas”, além de “manter e apertar as relações do comércio e da indústria entre as duas nações irmanadas pelo sangue, pelo sentimento e pela tradição” (apud MULLER, 2011, p. 113). A revista contava com colaboradores não somente do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas também de Manaus, Belém, São Luís e Porto Alegre. Além disso, confirmando o argumento da viabilidade econômica, trazia inúmeras propagandas de comerciantes brasileiros e portugueses. *Brasil-Portugal* era vendida nos dois países e também nas então colônias africanas, podendo-se aventar uma hegemonia cultural *luso-brasileira* em África (114). Outros exemplos são *A*

<sup>5</sup> José-Augusto França fala de Rocha Martins como “jornalista e divulgador da história nacional mais imediata, com notáveis reportagens comentadas, de leal sabor monárquico” (REIS e LOURENÇO, 2003, p. 193). Era diretor da revista *ABC*, de 1920.

*Arte* (Coimbra, 1895-1896) que teve a colaboração de Filinto de Almeida e sua esposa, a escritora Júlia Lopes de Almeida; a homônima *A Arte* (Porto, 1898-1899), fundada pelo brasileiro amazonense Verediano Gonçalves e o português Júlio Lobato; *A Reacção* (Coimbra, 1893-1894), dirigida pelo brasileiro Gustavo Santiago; *A Farsa* (1909-1910) e *A Rajada* (Coimbra, 1912), que foi continuada no Brasil por Fernando Correia Dias a partir de 1920.

A revista *Orpheu* (1915), como já foi apontado, teve seu primeiro número co-dirigido por um português e um brasileiro, sendo contemporânea de *Atlântida* (1915-1920), também co-dirigida por um português e um brasileiro. Antes, a partir de 1912, a revista *A Águia* passou a empenhar-se no cultivo das relações luso-brasileiras. Escreve Arnaldo Saraiva que a revista “quis estar aberta ou ligada a algumas culturas estrangeiras [como França e Espanha, mas] (...) a verdade é que a cultura francesa e espanhola, ou outras, têm nela uma presença que parece quase irrisória se comparada com a da cultura brasileira.” (1986, p. 97). *A Águia* era tão popular no Brasil, ao ponto de ser alvo de uma trapaça. Em Janeiro de 1915, a revista se viu obrigada a publicar um “Aviso” para esclarecer que “[t] em andamento pelo Brasil um curioso cavalheiro, cujo nome muito bem sabemos, a colher assinaturas para a *Águia*, por sua conta e proveito (...) são absolutamente falsos de procedência e intenção os impressos” (n. 37, s.n.p.).

É de notar-se com a longa, mas incompleta lista de revistas luso-brasileiras ou de cooperação mútua que as relações entre intelectuais mantinham-se férteis, sobretudo nas décadas iniciais do século XX. Os projetos mútuos defendiam a “descoberta” de uma e outra cultura, além da conveniência (econômica, sobretudo) de estabelecer o contrato transatlântico. Ronald de Carvalho, Carlos Maul, Coelho Neto e Lima Barreto foram alguns dos nomes que contribuíram em revistas representativas desse contato luso-brasileiro e que serviram de referência cultural na época como *A Águia*, *Atlântida* e *Orpheu*, bem como mais tarde, a partir de 1922, ano da Semana de Arte Moderna de São Paulo, aconteceu com a revista *Contemporânea* que publicou trabalhos de Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e ainda de Monteiro Lobato em Portugal.

O projeto da revista *Contemporânea* teve início em 1915, tema ao qual Ronald de Carvalho refere-se em carta a Montalvor,<sup>6</sup> por exemplo, marcando sua ativa

participação nas movimentações culturais portuguesas. No Brasil, António Ferro teve um papel relevante no Modernismo em 1922 e colaborou na revista *Klaxon*. Tal ultrapassagem vai aparecer também nas páginas da *presença* e tomar relevo no movimento neo-realista, cuja inspiração vem de uma admiração assumida pelo romance social do Brasil. Para João Pedro de Andrade, “[o] exemplo de escritores brasileiros que se haviam revelado por volta de 1930 era frisante. Tornava-se possível, com base em conflitos de sabor local, criar obras de sentido universal e humano”, ainda que, alguns críticos, como Eugénio Lisboa, acabassem por considerar que os neo-realistas seguiam os parâmetros da literatura nordestina brasileira de modo um tanto “ingênuo” e “caçoável” (2002, p. 46).<sup>7</sup>

Esses breves exemplos são suficientes para confirmar que o *terceiro espaço* é lugar que marca o hibridismo cultural, a troca de ideias entre pares, isto é, entre duas nações iguais, de igual valor na esfera mundial e, sobretudo, o imaginário que ultrapassa a dicotomia colonizador-colonizado. A pouco e pouco o sentimento de superioridade ou de inferioridade, a experiência da ironia que relativiza os valores e as verdades de cada cultura vai desaparecendo, pelo menos na camada pensadora desses dois países.

## Referências

- A Águia*, n. 37. Biblioteca Nacional Digital. <<http://purl.pt/12152>>. Acesso em: 3 abr. 2016.
- ANDRADE, João Pedro de. *Ambições e limites do neo-realismo Português*. Lisboa: Acontecimento, 2002.
- AUGUSTI, Valéria. Polêmicas literárias e mercado editorial Brasil-Portugal na segunda metade do século XIX. In: *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2004. 8p.
- BANDEIRA, Manuel. Correspondência de Eça de Queiroz para a imprensa brasileira. In: PEREIRA, Lúcia Miguel; REYS, Câmara (Org.). *Livro do Centenário de Eça de Queirós*. Lisboa; Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945. p.167-182.
- BARBOSA, Luísa Maria Gonçalves Teixeira. *O ideário republicano nas relações Brasil/Portugal, 1880-1891*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002.
- BHABHA, Homi. *The Location of Culture*. Londres: Routledge, 1997.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- FARO, Arnaldo (Org.). *Os brasileiros*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2008.
- JÚDICE, Nuno. O ano de todas as rupturas. In: DIX, Steffen (Org.). *O ano do Orpheu 1915*. Lisboa: Tinta da China, 2015. p. 53-66.

<sup>6</sup> Ronald menciona em uma das cartas a Montalvor, de Março de 1915, uma proposta feita por José Pacheco, talvez relativa à revista *Orpheu* ou *Contemporânea*, uma vez que o português estava nos bastidores dos dois periódicos: “Com o *Orfeu* e a *Contemporânea* há muito o que fazer. Eu não me chegaria para tanto. Voilá” (SARAIVA, 1986, p.36).

<sup>7</sup> É Carlos Reis que anota que o Neo-Realismo português surge de uma transnacionalidade entre o “realismo socialista soviético, (...) [o] realismo nordestino brasileiro e mesmo (...) [a] ficção norte-americana dos anos 20 e 30” (2001, p. 14).

- MEMMI, Albert. *The Colonizer and the Colonized*. Trad. de Howard Greenfield. Boston: Beacon Press, 1967.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem Incompleta. Experiência Brasileira 1500-2000*. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- MOTTA, Roberto. Integração e Miscigenação em Gilberto Freyre: uma originalidade luso-brasileira In: SANTOS, Boaventura de Sousa; COHN, Amélia; CAMARGO, Aspásia (Org.). *O Diálogo dos 500 Anos: Brasil-Portugal entre o passado e o futuro*. Rio de Janeiro: EMC Edições, 2001. p. 105-131.
- MULLER, Fernanda Suely. *(Re)viendo as páginas, (re)visando os laços e (des)atando os nós: as relações literárias e culturais luso-brasileiras através dos periódicos portugueses (1899-1922)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- NUNES, Cassiano. *O Lusitanismo de Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: C.E.B., 1947.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippe. Ordem e Progresso. In: SANTOS, Boaventura Sousa; COHN, Amélia; CAMARGO, Aspásia (Org.). *O Diálogo dos 500 Anos: Brasil-Portugal entre o passado e o futuro*. Rio de Janeiro: EMC Edições, 2001. p. 191-214.
- QUEIRÓS, Eça de. A correspondência de Fradique Mendes. In: *Obras de Eça de Queiroz*. Porto: Lello & Irmãos, 1966. Vol. I.
- QUEIRÓS, Eça de. *Novos factores da política portuguesa*. Lisboa: Editorial Nova Ática, 2007.
- REIS, António; LOURENÇO, Eduardo et al. *Revistas, Ideias e Doutrinas – Leituras do Pensamento Contemporâneo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- REIS, Carlos. Enlaces e desenlaces: reflexões sobre a dualidade e a pluralidade. In: SANTOS, Gilda (Org.). *Brasil e Portugal 500 anos de enlaces e desenlaces*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2001. Vol. 2. p. 81-89.
- RIO, João do (João Barreto). *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SARAIVA, Arnaldo. O “Frustrado” e Abençoado Orpheu. In: DIX, Steffen (Org.). *O ano do Orpheu 1915*. Lisboa: Tinta da China, 2015. p. 407-420.
- SARAIVA, Arnaldo. *O modernismo brasileiro e o modernismo português – subsídios par ao seu estudo e para a história das suas relações*. Porto: [S.n.], 1986.
- SILVA, Isabel Corrêa da. *Espelho Fraternal – o Brasil e o republicanismo português na transição para o século XX*. Lisboa: Divina Comédia Editores, 2013.

Recebido: 23 de março de 2016

Aprovado: 25 de maio de 2016

Contato: [tania.martuscelli@colorado.edu](mailto:tania.martuscelli@colorado.edu)